

Ano XXVII nº 6882 22 de agosto de 2023

Ministério do Trabalho aponta aumento de denúncias de assédio sexual no Brasil



De janeiro a julho deste ano, o Ministério Público do Trabalho recebeu 831 denúncias de assédio sexual em todo o país. No ano passado, foram 393 denúncias no mesmo período. Os casos envolvendo assédio moral e sexual somaram 8.458 (janeiro a julho), o que representa quase a mesma quantidade do total de denúncias de todo o ano de 2022.

Na Campanha Nacional Unificada 2022, foram incluídas seis novas cláusulas (80 a 85) na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) que preveem importantes medidas a serem tomadas pelos empregadores. As cláusulas definem, por exemplo, que os bancos devem

orientar funcionários e funcionárias sobre os tipos de assédio sexual e sobre as condutas a serem adotadas diante destas situações.

Também preveem a disponibilização de canal de denúncias que garanta a confidencialidade da vítima, medidas de apoio, como a possibilidade de realocação para outra dependência, e o acompanhamento da aplicação do acordo pela Comissão Bipartite de Diversidade.

A Lei 14.540/2023, publicada em abril deste ano, institui o Programa de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Sexual e demais Crimes contra a Dignidade Sexual e à Violência Sexual no âmbito da administração pública, direta e indireta, federal, estadual, distrital e municipal.

De acordo com o Tribunal Superior do Trabalho, o número de novas ações de assédio moral e sexual no país também aumentou este ano. Já são mais de 26 mil novos processos nos tribunais brasileiros. No mesmo período do ano passado foram pouco mais de 20 mil. O TST registra, por dia, uma média de 220 novos processos de assédio moral e sexual.

Senado começa a debater reforma tributária

A reforma tributária, extremamente necessária para reduzir a desigualdade social no Brasil, começa a ser discutida nesta terça-feira (22/08), pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado. No total, serão oito reuniões.

No plano de trabalho, apresentado pelo senador Eduardo Braga (MDB/AM), o primeiro debate deve servir para a exposição do diagnóstico dos problemas do sistema tributário nacional e como a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) vai lidar com a situação, relacionando com as melhores práticas internacionais.

Importante lembrar que a reforma tributária deve acontecer em partes. De acordo com o governo federal, no primeiro momento o foco será a simplificação da estrutura do sistema. Depois, deve tratar sobre a tributação sobre a renda e riqueza envolvendo mais as pessoas físicas.

As entidades representativas vão acompanhar todo o processo para que os interesses da classe trabalhadora sejam atendidos. O relatório final está agendado para ir à votação no dia 4 de outubro.



Movimento sindical pressiona pela aprovação do PL 8821

A pressão pela aprovação do Projeto de Lei 8821/2017, que sugere a dedução do Imposto de Renda da contribuição extraordinária dos participantes dos fundos de pensão, continua. Atualmente, o texto aguarda votação na CCJC (Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania) da Câmara dos Deputados.

Desde 2017 as entidades sindicais e associativas lutam pela aprovação do PL. Na última semana, os representantes dos trabalhadores se reuniram com o deputado Rui Falcão (PT/SP), presidente da CCJC, para tratar do assunto. Paralelamente, realizam força tarefa em Brasília para conversa com os deputados sobre a importância do projeto.

Vale destacar que se a proposta for aprovada na Comissão, deve seguir para análise do Senado. O movimento sindical vai continuar atento.